

Domingo, 10 de Maio de 2026

ALMT e TCE pedem suspensão de repasses a empresas de crédito consignado investigadas em MT

Farra dos consignados em MT

Redação

Em reunião realizada nesta terça-feira (19), no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), a Assembleia Legislativa e o órgão de controle pediram a suspensão por 120 dias dos repasses a empresas de crédito consignado investigadas por irregularidades.

O encontro contou com a participação do presidente da Assembleia, deputado Max Russi (PSB), da deputada Janaína Riva (MDB) e do conselheiro Sérgio Ricardo, responsável pelas apurações no TCE.

A principal empresa alvo é a Capital Consig, que já responde a processo judicial por supostas práticas ilegais. Outras consignatárias ligadas ao mesmo grupo também estão incluídas na medida, que será oficializada por normativa do Tribunal.

Max Russi destacou que a prioridade é proteger os servidores públicos. “Estamos ao lado dos trabalhadores que foram lesados. Não é justo que continuem pagando por algo que está sob suspeita. Essa suspensão é necessária até que todas as inconsistências sejam esclarecidas”, afirmou.

Já o conselheiro Sérgio Ricardo ressaltou o caráter técnico da decisão. “O servidor público não pode ser penalizado por irregularidades das consignatárias. O trabalho é minucioso e cada contrato está sendo revisado”, disse.

O presidente da Assembleia lembrou ainda que o Legislativo havia aprovado um projeto de lei para regular a questão, mas a proposta acabou derrubada na Justiça. Mesmo assim, garantiu que o acompanhamento continuará. “O Tribunal tem feito um trabalho sério, aprofundando a investigação, e a Assembleia está ao lado dos servidores nessa cobrança”, completou.

Com a suspensão em análise, os servidores podem ganhar um alívio financeiro temporário. No entanto, ainda se espera que as investigações resultem em medidas definitivas para evitar novos prejuízos.

Fonte assessoria parlamentar